

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁTICO (XXXVII) O EXEMPLO DO EPITÁFIO DE *L. VIBIVS REBVERRVS*

THE LATIN EPIGRAPH AS A DIDACTIC ELEMENT (XXXVII)
THE EXAMPLE OF THE *L. VIBIVS REBVERRVS*' EPITAPH

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

UC – CEAACP

jde@fl.uc.pt

orcid.org/0000-0002-9090-557x

69

ARTIGO RECEBIDO A 26-03-2020 E APROVADO A 17-07-2020

Resumo: Prossegue-se no intuito de mostrar como a análise cuidada de uma epígrafe romana pode fornecer informações válidas do ponto de vista da vivência cultural nessa época. Se um texto escrito se destinava, então, ao público seu contemporâneo, um texto gravado visava o presente e o futuro. Utiliza-se o exemplo de uma epígrafe já conhecida, da Lusitânia, para mostrar a evidência do que se pretende demonstrar.

Palavras-chave: CIL II 938, antroponímia indígena, Lusitânia romana.

Abstract: The study of a Roman epigraph can give us a very real image of the Roman life. In fact, the Roman literary texts show us a daily existence presented to the people of this time; a Roman epigraph

was made to the present, we know, but, specially, to the future. An example is done to explain that.

Keywords: CIL II 938, indigenous anthroponomy, Roman Lusitania.

1. EM JEITO DE INTRODUÇÃO

A intenção destas singelas notas, iniciadas no já longínquo mês de Junho de 1996 – estava o *Boletim de Estudos Clássicos* no seu nº 25!... – foi a de mostrar como, através da análise dos monumentos epigráficos, se poderiam conhecer muitos dados acerca da cultura romana, entendendo por ‘cultura’ não apenas os aspectos materiais de uma existência, mas também e sobretudo, o pensamento e tudo o que um simples escrito, sintético e destinado a perdurar, tinha para nos transmitir.

Há, na verdade, uma diferença substancial entre o monumento epigráfico – eu insisto em chamar-lhe ‘monumento’ – e os textos dos autores clássicos: estes escreviam para as pessoas do seu tempo; quem encomendava uma inscrição ao lapicida visava o presente e o futuro. É por isso que tenho por mui ajustada a ideia de Giancarlo Susini, quando afirma que a inscrição retrata a forma como o Homem, em determinado momento, seleccionou ideias para transmiti-las aos vindouros.

Vai longa a caminhada e, ao olharmos para trás, seguindo o conselho de António Machado, vemos que as nossas pegadas nos elucidaram sobre muitos e variados aspectos da história romana: como é que, através do modo de identificação, podemos descobrir a que ‘classe’ o indivíduo pertencia; porque é que se identificava de uma forma e não de outra; porque é que se omitiam uns dados e se dava importância a outros; por que razão o defunto ousava falar com quem passava junto de seu túmulo *Venisti ave Legisti salve...*

Há aspectos que ainda não foram abordados e sobre os quais, provavelmente, ainda havemos de nos debruçar. Dou dois exemplos:

1. *Praefectus orae maritimae*

A dado momento, houve quem tivesse sido nomeado *praefectus orae maritimae*. À primeira vista, cargo estranho, numa altura em que os problemas ecológicos se não punham e, de certeza, não seria para preservar a qualidade da água que se sentira necessidade de criar esse cargo e o entregar a um membro da ordem equestre. O problema, compreende-se, era a pirataria. E esse *praefectus* comandava, pois, todas as forças navais que tinham por missão salvaguardar a orla marítima.

2. *Praefectus fabrum*

No currículo de muitos cavaleiros surge a referência a esta função: *praefectus fabrum*, «prefeito dos artífices». «Artífices»? Artífices de quê? A função era exercida por quem tivera experiência militar e aspirava a ser, de seguida, cavaleiro com responsabilidades no exército. Os artífices que ele orientava eram os que fabricavam instrumentos bélicos: espadas, punhais, escudos... Há, inclusive, menção aos *praepositi fabricae*, os superiores que a tudo isso superintendiam.

Menção a essas funções é natural que não apareçam nos textos literários.

71

2. UMA PLACA ROMANA

Os tempos são de reflexão e, também por isso, preferi fazer aqui uma pausa e recapitular os objectivos da campanha iniciada em Junho de 1996, quase 25 anos completados, mediante mais um exemplo, apresentado em terminologia «didáctica»: a placa de mármore, recentemente estudada por Julio Esteban (2019, nº 1364, p. 44-45) que, achada em Bohonal de Ibor, Talavera la Vieja, no termo da cidade romana de *Augustobriga*, actual província espanhola de Cáceres, em tempo de Romanos integrada na Lusitânia.

A placa está à guarda da Real Academia de la Historia¹, de que me prezo de ser membro, e nela foi gravado o seguinte:

L · VIBIO [·] QVIRI
· REBVRRO ·
VALERIA TAGANA
DVELONIS · FILIA
TESTAMENTO · PONI · IVSSIT



Poderá perguntar-se, desde logo, porque é que os pontos foram colocados a meio da altura da linha e não em baixo. Respondo: porque esse era o hábito entre os Romanos e, caso encontremos uma epígrafe

¹ Agradeço a Julio Esteban a prontidão com que me facultou a imagem que ilustra esta nota. Pertence, com o nº 89, ao catálogo da Academia.

em que tal não acontece é porque ela não é romana, ainda que redigida em latim.

Segunda pergunta: e para que servem esses pontos, se os vemos mesmo depois de uma palavra que está completa? Porque não servem para indicar siglas ou abreviaturas, como na actualidade, mas para dividir palavras.

E porque é que há siglas e abreviaturas? Porque gravar no mármore ou no granito ou no xisto custa, há que limitar o número de caracteres, até para não se ter de ocupar muito espaço. Por outro lado, nada de estranho! O que é que acontece nos nossos dias quando enviamos um *sms* ou mesmo um simples *email*? Para além do uso recorrente dos *emojis* (uma imagem vale mais que mil palavras!...), não utilizamos já uma série de abreviaturas que toda a gente compreende? Assim os Romanos!

Por vezes, não temos uma ideia precisa do que essas siglas significam no concreto – como é raro, hoje, encontrar quem saiba, de repente, desdobrar as siglas MRPP... – compreende-se, todavia, a mensagem. MRPP não se consegue desdobrar de imediato, mas a gente sabe que se trata de um partido «de esquerda», quiçá «de extrema esquerda»...

Está, pois, justificado, o seu uso entre os Romanos, como o será sempre na história da Humanidade, ao longo dos séculos. Contudo, atendendo a eventuais incertezas, importa que o epigrafista proceda aos desdobramentos, até porque, amiúde, uma sigla pode ter significados idênticos. No caso de MRPP, não será raro que se comece por desdobrar M(ovimento) R(evolucionário)...

Cumpra ao epigrafista o desdobramento. Vamos a isso! Como se apresentou antes o texto como ele está na pedra, onde inclusive segue um mui cuidadoso eixo de simetria, poderemos agora pôr a leitura interpretada em texto corrido, limitando-nos a assinalar a divisão das linhas.

Assim:

L(ucio) · VIBIO [·] QVIRI / · REBVRRO · / VALERIA TAGANA / DVELONIS
· FILIA / TESTAMENTO · PONI · IVSSIT

A Lúcio Víbio Reburro, da tribo Quirina – Valéria Tagana, filha de Duelão, mandou fazer por testamento.

Mantivemos em maiúsculas as letras patentes e em itálico o que se reconstituiu, para melhor compreensão.

3. OS ELEMENTOS DIDÁCTICOS

Temos, neste caso, uma boa imagem da epígrafe (Fig. 1). Tal nem sempre acontece e, por tal motivo, os epigrafistas fazem questão em dar as medidas das letras, linha por linha e, também, as dos espaços interlineares (sempre um a mais do que o número de linhas) para que o leitor se aperceba de algo que, do ponto de vista da Arqueologia, não é de somenos: para onde é que a inscrição foi pensada?

Já agora, outra afirmação que parece óbvia, mas não é: e que a inscrição foi feita para ser lida! Por isso pensamos que, amiúde, as letras seriam pintadas. De qualquer modo, se o não fossem, o facto de se ter usado com muita frequência o corte em bisel visa exactamente esse efeito do claro-escuro e assim se consegue ler, praticamente a todas as horas do dia. Recordo ter visto, há anos, no Museu de Serralves, a placa que menciona o arquiteto e os obreiros do empreendimento que está num tipo de letra e com um recorte tão pouco acentuado que só a determinada hora do dia e com determinada inclinação dos raios solares é que será realmente legível.

Comprendemos o uso de módulo menor de algumas letras e, de modo especial, na última linha, porque urgia fazer caber tudo no espaço disponível.

Sendo placa moldurada, de reduzida espessura (3 cm), foi destinada a ser engastada num edifício (por exemplo, o lóculo de um *columbarium*), porque – observando bem – se verifica que o texto está paginado para ser lido de frente, à altura dos olhos, não tendo em conta qualquer distorção da perspectiva. Os artistas do Renascimento, ao pintarem

tetos, é que tinham de distorcer tudo para que, cá de baixo, nós víssemos tudo certinho!...

E que mais se poderá, então, aprender com a placa funerária em análise?

3.1. As famílias

Como, na actualidade, nem todos os Soromenhos são da mesma família, embora se aceite que o sejam, por exemplo, os Soromenhos naturais de Aveiro... – do mesmo modo nem todos os *Vibii* registados na epigrafia da Lusitânia romana são familiares próximos ou afastados. Trata-se, contudo, de uma família largamente documentada no mundo romano e, por isso, encontrar-se um *Vibius* na Lusitânia levar-nos-á a pensar que identificará alguém com possíveis relações externas. O mapa de distribuição dos *Vibii* que se elaborou em 2003 (*Atlas...* p. 340-341, mapa 325) permite-nos verificar que, nessa data, se haviam anotado pouco mais de 30 *Vibii*, dos quais 11 na capital da Lusitânia. Essa tendência, de concentração numa cidade importante, vem corroborar o que se imaginou: é gente vinda de fora.

Há um elemento de capital interesse neste domínio, que é o *cognomen*, aquele terceiro membro dos *tria nomina*, por ser o mais específico de cada um e, conseqüentemente, o mais esclarecedor. Neste caso, *Reburus*, um nome tipicamente de origem lusitana (Rubio Alija 1959).

Temos, assim, a possibilidade se sugerir uma hipótese: *L. Vibius Reburus* pertenceu ao escol indígena, assumiu o gentílico de quem o ‘apadrinhou’ e tornou-se cidadão romano, tendo sido inscrito na tribo Quirina, da cidade flávia de *Augustobriga*.

Há, porém, mais uma personagem: *Valeria Tagana*. Pertence a outra família, a *Valeria*, também ela largamente documentada na Lusitânia (*Atlas...* p. 332-335, mapa 316), cerca de 150 testemunhos, dos quais aproximadamente 30 em Mérida. E a identificação de *Valeria*, além de o seu

cognomen denunciar uma ligação com o rio Tejo, tem um pormenor bem significativo: ao contrário de *Reburrus*, faz questão em mencionar o pai. O facto de *filia* vir por extenso deve tomar-se à conta de oportunidade estética de paginação e não como especial motivo de orgulho. E o pai tem um nome que se documenta aqui pela primeira e única vez: *Duelo*. Optamos por considerá-lo etimologicamente pré-romano, dada a ausência de paralelos. Esse é, de resto, o entendimento de Vallejo Ruiz (2005, p. 312 e *passim*) e de Blanca Prósper (2002, p. 417-421): é possível atribuir-lhe uma base fonética que grafam assim: **duwé*; mas, aqui para nós, afirmarem isso ou outro deixa-nos na mesma. É antropónimo pré-romano, não se lhe conhece a ascendência e... ficamos por aqui!

3.2. Os labirintos da onomástica

76

Ou não ficamos, caso o inusitado nos espicace a curiosidade e queiramos saber mais.

O recurso à mais completa e atualizada base de dados epigráfica, organizada, em Frankfurt, por Manfred Clauss, com a colaboração de toda a comunidade de epigrafistas, citada pelas siglas EDCS, poderá trazer-nos algumas pistas.

E o que, desde logo, aí nos chama a atenção – ao colocarmos *duel* no motor de buscas – é o facto de nos dar conhecimento, na mesma área donde veio esta placa em análise, concretamente de Villar del Pedroso, localidade cujo território, na época romana, estaria integrado no *ager Augustobrigensis*, se haver encontrado uma epígrafe em que se explicita que o epitáfio de *Duel(ius) Camalius*, de 25 anos, foi mandado gravar por *Camalius Aveli f(i)lius* e por *Duelia Armonis f(i)lia*. Assim parece entender-se.

O paralelismo fonético é tão evidente que se estranha o facto de Julio Esteban o não ter apontado no comentário à epígrafe, limitando-se a dizer: «*Duelo* é um antropónimo indígena documentadas pela primeira vez».

Havia, por conseguinte, que deslindar-se a questão.

A ficha de EDCS 43300113 foi elaborada exclusivamente a partir de CPIL 801, um dos primeiros *corpora* epigráficos publicados na Península Ibérica, em 1977. Davam os estudos epigráficos, podemos dizê-lo, os primeiros passos no sentido de atenção maior aos monumentos. Recorde-se que se publicara, no ano anterior, o volume relativo à Epigrafia de Conimbriga (FC II), sem dúvida, um marco desses estudos na Hispânia. Ricardo Hurtado de San Antonio, o autor de CPIL, limitou-se a juntar o que se conhecia, sem espírito crítico (Encarnação 1978). Veja-se, a título de exemplo, a tradução que dá da segunda parte do epitáfio:

«Camalio, filho de Avelio, e de Duella, Armonio e suas filhas, procuraram erigi-lo» (o. c., p. 340).

Havia, necessariamente, de se voltar a ler Julio Esteban, para se compreender a discrepância. E a sua leitura (p. 106) é, de facto, bem diferente:

«Cupiena / Camali · f(ilia) / an(norum) XXV · h(ic) · s(ita) · est / Camalus /
⁵Aveli · f(ilius) · et / Duenia · A/nmonis · f(ilia) / filiae · f(aciendum) c(uraverunt)

77

A epígrafe ganha, desta sorte, um sentido aceitável: a filha falecera aos 25 anos e são os pais que lhe mandam fazer o epitáfio.

Desaparece-nos, todavia, qualquer possibilidade de apoio para o que se pretendia – *Duelo* – porque a *Duelia* referida em EDCS 43300113 será, afinal, *Duenia*, por seu turno também testemunho único.

Que fazer?

Voltar à pedra. E, na falta dela, a observação da boa foto apresentada por Julio Esteban (p. 203). Debalde, porque, como o próprio autor explica, a superfície epigrafada «Está muy erosionada y cubierta de líquenes, por lo que el texto se lee com dificultad» (p. 105).

Não há que desanimar, contudo, na medida em que a aplicação de novos métodos, designadamente mediante a utilização de filtros em múltiplas fotografias de diversos ângulos, tem conseguido ‘ver’ o que, a olho nu, se não lograva entender. Por essa aplicação se vai esperar.

3.3. A cultura

Quando duas culturas entram em contacto, adotam-se facilmente os modelos iconográficos; mais difícil é a adoção de atitudes.

Neste caso, a placa obedece claramente à tipologia romana: campo epigráfico rebaixado, limitado por moldura de filete exterior e gola direta; caracteres actuários perfeitamente delineados, em bisel; pontuação triangular, usada também na 2ª linha, antes e depois da palavra, para obter bonito efeito estético; sábia utilização das letras de módulo menor (veja-se o minúsculo A no final da 3ª linha, o O e o I 'ao colo' do L para poupar espaço) e dos nexos na última linha (NT e NI), que é toda ela de menor módulo para caber no espaço disponível. O único lapso a apontar será, porventura, ter abreviatura QVIR(*ina*) não a terminar no R como é habitual mas no I – deslize de quem ainda não está totalmente familiarizado com os hábitos epigráficos oficiais.

78

Se, como se viu, a aculturação incipiente é denunciada pela manutenção de cognomes de raiz indígena (*Reburus*, *Taganus*, *Duelo*) e pela circunstância de a filiação da dedicante vir após o seu *cognomen*, a expressão *testamento poni iussit* é reflexo de se estar já ao corrente de um procedimento jurídico. «Uma frase estereotipada» – objectar-se-á. Não se nega; contudo, é usada e sabe-se o que significa.

Nesse aspecto, um pormenor decerto não escapou ao leitor mais atento: qual é o grau de parentesco entre Reburro e Tagana? Nenhum vem expresso na pedra! Cada qual que interprete como entender, não sendo inverosímil que se tratasse apenas de um relacionamento de grande amizade e confiança, a ponto de Valéria ter deixado em testamento – não se sabe a quem – a obrigação de mandar lavrar o epitáfio para os dois. Para os dois? É de supor que sim. E foi, sem dúvida, de livre vontade e comum acordo em vida que Reburro e Tagana estabeleceram que no mesmo túmulo fossem repousar.

Escreve-se amiúde, a propósito dos monumentos epigráficos, que eles são «pedras que falam». Nem tudo, porém, eles nos dizem, mesmo que

nos esforcemos por tudo compreender. Ele há intimidades que – para além dos corpos – as pedras também preferem guardar!...

BIBLIOGRAFIA

Atlas = Navarro Caballero, M., & Ramírez Sádaba, J. L. (2003), *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida-Bordéus.

CPILC = Hurtado de San Antonio, R. (1977), *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas* (Cáceres), Cáceres.

EDCS = *Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby*, acessível em: <http://www.manfredclaus.de/gb/>

Encarnação, J. d' (1978), “Recensão a Ricardo Hurtado de San Antonio, *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas* (Caceres)”, *Conimbriga* 17: 162-164.

Esteban Ortega, J. (2019), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres*. V. Augustobriga, Cáceres.

FC II = Étienne, R., Fabre, G., & Lévêque, P. et M. (1976), *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*, Paris.

Prósper, B. (2002), *Lenguas y Religiones Prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*, Salamanca.

Rubio Alija, J. (1959.), “Espanoles por los caminos del Imperio Romano. Estudios epigráfico-onomásticos en torno a *Reburus* y *Reburinus*”, *Cuadernos de Historia de España* 2-30: 5-124.

Vallejo Ruiz, J. M. (2005), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz.

